

POSIÇÃO SOBRE O ACORDO ORTOGRÁFICO E SUA APLICAÇÃO

Começo com uma prevenção: a de que fui, sou e serei sempre adversário do Acordo Ortográfico (AO).

Publiquei recentemente um texto de que repesco algumas linhas:

«A pendência que anda assanhada entre os antagonistas do AO e os seus defensores é insanável, porque radica em duas atitudes básicas inconciliáveis.

De um lado, temos os que olham para a língua acima de tudo como meio de comunicação. São sujeitos práticos e desempoeirados. Para eles, o Português é um instrumento como outro qualquer, uma navalha ou um isqueiro. Usa-se, é tudo — e tanto se lhes dá que se escreva desta como daquela maneira. Que mais dá escrever ‘insecto’ ou ‘inseto’? Desde que o receptor entenda... O importante é pois fazerem-se entender. A sua concepção da língua é utilitária: não lhe pedem mais nada — apenas que funcione.

Por outro lado, há os que olham para a língua como ferramenta comunicacional, sim, mas não apenas isso. Olham-na também amorosamente como se deve olhar uma verdadeira obra de arte, nos seus aspectos históricos e, porque não?, estéticos. Acarinham as aderências culturais de que a língua se vai revestindo à passagem dos séculos. A esses repugna escrever — e, se bem os conheço, nunca escreverão — ‘arquiteta’, ‘recetar’, ‘semirreta’, ‘espetador’, ‘ereção’.

Não há, nesta história, os bons e os maus. Cada um é como é. E a história terminou com a adopção do AO (com o seu quê de golpada, em boa verdade), porque, naquele momento, a relação de forças pendeu para o lado dos primeiros: os nossos políticos de então, desde os senhores deputados que o aprovaram, ao senhor presidente da República que o promulgou e ao senhor primeiro-ministro que o pôs em marcha, eram todos criaturas práticas, p’rafrentex, que não se deixavam embaraçar por considerações de ordem histórica e estética, isto é, cultural e afectiva. Foram surdos a tudo, excepto ao canto de sereia dos professores Malaca e Houaiss, a anunciar amanhã que cantavam à língua portuguesa.»

Na verdade, o AO, que almejava unificar, acabou em muitos casos por diversificar: onde havia uma só grafia (‘recepção’, por exemplo), passou a haver duas: ‘recepção’ e ‘receção’ (esta correntemente confundida com ‘recessão’). Não vale a pena aduzir mais exemplos.

Por outro lado, o AO é um cúmulo de incoerências, que têm sido devidamente apontadas e exploradas. Não vale a pena enumerá-las a todas; bastará o exemplo da retirada do acento em ‘pára’ (do verbo ‘parar’), que era antes do AO justificado pela

necessidade de distinguir de ‘para’ (preposição). Ora, se a necessidade de distinção cessou como por milagre (o mirífico contexto! — que estamos fartos de saber que funciona... quando funciona), porque se manteve o acento no verbo ‘pôr’? Incoerência. Ou que justificação séria pode ser encontrada para escrever com hífenes ‘cor-de-rosa’ e sem hífenes ‘cor de laranja’?

Não insistirei na enumeração de casos particulares. Direi apenas que o AO não tem qualquer justificação científica em que se apoie. Tem apenas a justificação política de que da sua aplicação resultariam benefícios para a língua portuguesa, a nível de prestígio e mais fácil utilização nos fóruns internacionais. Até hoje, creio que ninguém de boa fé poderá dizer que já notou alguma diferença.

Aproximando-nos agora um pouco mais dos objectivos do Grupo de Trabalho, julgo oportuno fazer uma única e definitiva consideração (transcrevendo também palavras já por mim publicadas algures):

«O Sr. Professor Malaca Casteleiro, escreveu recentemente, defendendo o AO, que o dito está a ser aplicado “sem problemas”. Santa ingenuidade! Não se dá conta o professor da chusma de ‘fatos’ (em vez de ‘factos’) que enxameia o próprio *Diário da República*? Se não se dá conta, em que país das maravilhas devaneia o professor? Se dá, não acha o professor que isso é um problema — e bem bicudo —, que róí o próprio cerne da língua portuguesa?»

Defendem os apoiantes do AO dizendo que isso não é culpa do acordo, mas do mau uso e ignorância de alguns utentes da língua. É claro que sim. Mas quando é que, antes do AO, se disse ‘fato’ em vez de ‘facto’, e ‘contato’ em vez de ‘contacto’, deste lado do Atlântico? Será arriscado afirmar que foi o AO que criou o ambiente propício para mutilações destas da língua portuguesa, as quais — água mole em pedra dura... — acabarão por se tornar irreversíveis?

Contrariamente ao que o Sr. Professor Malaca Casteleiro quer fazer crer, a aplicação do AO tem gerado inúmeros problemas (oiçam os professores!) e está a ser um factor de erosão do Português.

Termino, recomendando que Portugal se desvincule, e quanto antes, do tratado do Acordo Ortográfico de 1990.

A. M. Pires Cabral